Atlantic Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações do resultado **7**

Demonstrações do resultado abrangente **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto **10**

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas **11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da

Atlantic Energias Renováveis S.A.

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atlantic Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

— Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

— Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e,

consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de Março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Atlantic Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	400	1.663	370.734	297.503
Contas a receber de clientes	**8**	1.001	1.865	84.259	73.744
Contas a receber de partes relacionadas	**9**	22.427	10.041	-	-
Dividendos a receber	**9**	10.380	7.145	-	-
Despesas antecipadas		64	101	3.959	3.244
Adiantamentos a fornecedores		546	452	12.374	3.294
Tributos e contribuições a compensar		4.915	3.859	9.479	6.799
Outros ativos		-	-	8.726	4.145
Total do ativo circulante		**39.732**	**25.126**	**489.531**	**388.729**
Contas a receber de partes relacionadas	**9**	-	653	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	**10**	-	-	115.413	107.064
Despesas antecipadas		5	8	1.280	1.422
Depósitos judiciais		2	21	26	45
Investimentos	**11**	2.113.465	1.905.504	-	-
Imobilizado	**12**	2.648	3.424	4.353.784	3.810.777
Intangível	**13**	5.711	4.569	5.742	4.601
Ativo de direito de uso	**14**	8.191	5.177	10.611	7.672
Total do ativo não circulante		**2.130.022**	**1.919.355**	**4.486.855**	**3.931.580**
Total do ativo		**2.169.754**	**1.944.481**	**4.976.386**	**4.320.310**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Passivo					
Fornecedores		905	1.542	253.134	205.647
Provisões	**15**	-	-	158.766	82.882
Financiamentos	**16**	23.499	-	514.254	153.955
Obrigações sociais e trabalhistas		2.261	2.261	5.500	3.802
Passivo de arrendamento mercantil	**14**	3.529	772	3.545	789
Debêntures a pagar	**16**	-	-	13.345	15.935
Adiantamento de clientes		-	-	1.284	1.284
Obrigações fiscais		160	20	4.399	2.130
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	6.607	6.073
Total do passivo circulante		**30.354**	**4.596**	**960.834**	**472.496**
Provisões	**15**	-	-	47.336	53.504
Financiamentos	**16**	-	-	1.688.453	1.713.255
Passivo de arrendamento mercantil	**14**	4.722	4.832	7.378	7.504
Debêntures a pagar	**16**	-	-	132.673	135.053
Obrigações fiscais		630	-	630	-
Tributos diferidos		-	-	5.034	3.445
Total do passivo não circulante		**5.353**	**4.832**	**1.881.504**	**1.912.761**
Capital social		2.382.168	2.382.168	2.382.168	2.382.168
Capital social a integralizar		(31.566)	(179.373)	(31.566)	(179.373)
Prejuízos acumulados		(216.555)	(267.743)	(216.555)	(267.743)
Total do patrimônio líquido	**17**	**2.134.048**	**1.935.053**	**2.134.048**	**1.935.053**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.169.754**	**1.944.481**	**4.976.386**	**4.320.310**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlantic Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receita líquida de venda de energia	**18**	16.183	2.878	592.439	512.285
Custo da geração de energia	**19**	-	-	(305.357)	(272.251)
Lucro bruto		**16.183**	**2.878**	**287.082**	**240.033**
Despesas gerais e administrativas	**19**	(5.830)	(5.065)	(23.711)	(18.047)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**19**	(11.692)	(3.720)	689	(2.487)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos		**(1.339)**	**(5.908)**	**264.060**	**219.500**
Despesas financeiras	**20**	(4.535)	(3.067)	(224.994)	(225.289)
Receitas financeiras	**20**	207	162	49.624	16.540
Despesas financeiras líquidas		**(4.328)**	**(2.905)**	**(175.369)**	**(208.749)**
Equivalência patrimonial	**12**	56.994	(4.170)	-	-
Resultado antes dos impostos		**51.327**	**(12.983)**	**88.691**	**10.751**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**21**	(139)	-	(36.756)	(24.109)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**21**	-	-	(747)	376
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**51.188**	**(12.983)**	**51.188**	**(12.983)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlantic Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	51.188	(12.983)	51.188	(12.983)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	51.188	(12.983)	51.188	(12.983)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlantic Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**2.049.721**	**(129.115)**	**-**	**(254.759)**	**1.665.847**
Integralização de capital	**17**	332.447	129.115	(137.179)	-	324.383
Capital social a integralizar	**17**	-	(179.373)	-	-	(179.373)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**17**	-	-	137.179	-	137.179
Prejuízo do exercício		-	-	-	(12.983)	(12.983)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**2.382.168**	**(179.373)**	**-**	**(267.742)**	**1.935.053**
Integralização de capital	**17**	-	147.807	-	-	147.807
Lucro líquido do exercício		-	-	-	51.188	51.188
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.382.168**	**(31.566)**	**-**	**(216.554)**	**2.134.048**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlantic Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	**2021**	**2022**	**2021**
Prejuízo do exercício		**51.188**	**(12.983)**	**51.188**	**(12.983)**
Ajustes para:					
Equivalência patrimonial	**11**	(56.994)	4.170	-	-
Depreciação e amortização	**12**	1.785	2.286	157.892	145.600
Despesas com juros	**16**	4.236	-	187.356	193.315
Amortização de custos de transação	**16**	-	-	5.614	5.203
Provisão para ressarcimento		-	-	69.719	42.484
Juros de arrendamentos		51	(179)	276	(204)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**21**	139	-	36.756	24.109
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**21**	-	-	747	(376)
		406	**(6.706)**	**509.548**	**397.148**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		864	(1.865)	(10.514)	478
Despesas antecipadas		41	(14)	(573)	193
Adiantamentos a fornecedores		(94)	(14)	(9.079)	(1.831)
Tributos e contribuições a compensar		(1.056)	(73)	(2.679)	(21)
Depósito judicial		19	44	19	44
Outros ativos		-	-	(4.581)	(4.146)
Baixa de intangível		-	5.858	-	5.858
Partes relacionadas	**9**	(11.733)	56.270	0	(1.298)
Fornecedores		(638)	1.210	47.488	191.581
Obrigações fiscais		764	(7)	(4.481)	(22.362)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	13	1.697	(783)
Tributos diferidos		-	-	1.588	(766)
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(11.427)**	**54.716**	**528.434**	**564.094**
Impostos pagos sobre o lucro		(133)	-	(29.594)	(20.637)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(11.560)**	**54.716**	**498.839**	**543.457**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aporte de capital nas controladas	**11.2**	(172.397)	(355.547)	-	-
Dividendos recebidos		18.195	19.944	-	-
Aquisição de imobilizado	**12**	(139)	(816)	(699.952)	(407.533)
Baixa de imobilizado		-	-	-	2.590
Aquisição de intangível		(1.142)	-	(1.142)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(155.483)**	**(336.419)**	**(701.094)**	**(404.943)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Arrendamentos		(1.290)	(1.109)	(1.531)	(1.123)
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(8.349)	(6.548)
Captação de financiamentos		104.000	-	505.038	-
Pagamento de principal sobre financiamentos	**16**	(81.000)	-	(197.984)	(217.546)
Pagamento de juros sobre financiamentos	**16**	(3.737)	-	(174.900)	(176.177)
Juros capitalizados e variações monetárias	**16**	-	-	5.405	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	**17**	-	137.179	-	137.179
Integralização de capital	**17**	147.807	145.011	147.807	145.011
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		**165.780**	**281.080**	**275.486**	**(119.204)**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1.263)**	**(623)**	**73.231**	**19.310**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.663**	**2.286**	**297.503**	**278.193**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**400**	**1.663**	**370.734**	**297.503**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Atlantic" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de janeiro de 2010. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo") e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica bem como comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono.

O Grupo está focado no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, como parques eólicos. As companhias controladas diretamente pelo Grupo são:

	Percentual de participação	
	2022	**2021**
Eurus II Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Renascença V Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	100,00%	100,00%
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A (*)	100,00%	100,00%

(*) A controlada se encontra em fase pré-operacional, com finalização prevista para 2023.

As controladas da Atlantic foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos, o que viabilizou os empreendimentos dos parques eólicos listados abaixo:

Empresa	**Potência [MW]**	**Leilão**	**Modelo Aero/Painel**	**Outorga**	**Início da Outorga**	**Fim da Outorga**	**Garantia Física Comercializada [MWm]**	**Garantia Física solicitada alteração [MWm]**	**Garantia Física outorgada [MWm]**
Eurus II	30	LER 2010	V100-2MW-HH80m	256	18/04/2011	18/04/2046	15,2	15,2	15,2
Renascença V	30	LER 2010	V100-2MW-HH95m	254	18/04/2011	18/04/2046	15,0	15,0	15,0
Ventos da Andorinha	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	498	13/09/2012	13/09/2047	15,9	17,9	17,9
Ventos de Campo Formoso I	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	497	13/09/2012	13/09/2047	15,5	16,9	16,9
Ventos de Campo Formoso II	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	493	06/09/2012	06/09/2047	15,5	17,8	17,8
Ventos de Morrinhos	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	499	13/09/2012	13/09/2047	15,0	17,1	17,1
Ventos do Sertão	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	500	13/09/2012	13/09/2047	12,7	14,8	14,8
Ventos de Guarás I	30	A-3 2013	G97-2MW-HH78m	254	05/06/2014	05/06/2049	15,5	17,0	15,7
Santa Vitória do Palmar I	21	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	361	23/07/2014	23/07/2049	9,7	10,1	10,1

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero/Painel	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Santa Vitória do Palmar II	27	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	357	23/07/2014	23/07/2049	12,3	13,2	13,2
Santa Vitória do Palmar III	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	380	30/07/2014	30/07/2049	4,3	4,5	4,5
Santa Vitória do Palmar IV	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	326	14/07/2014	14/07/2049	6,9	7,5	7,5
Santa Vitória do Palmar V	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	334	15/07/2014	15/07/2049	6,0	7,4	7,4
Santa Vitória do Palmar VI	18	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	335	15/07/2014	15/07/2049	7,9	8,9	8,9
Santa Vitória do Palmar VII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	344	17/07/2014	18/04/2049	5,8	7,3	7,3
Santa Vitória do Palmar VIII	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	343	18/07/2014	18/07/2049	6,0	7,5	7,5
Santa Vitória do Palmar IX	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	362	23/07/2014	27/07/2049	3,4	4,4	4,4
Santa Vitória do Palmar X	9	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	360	26/07/2014	23/07/2049	3,3	4,4	4,4
Santa Vitória do Palmar XI	24	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	18	06/02/2015	06/02/2050	9,6	11,8	11,8
Santa Vitória do Palmar XII	30	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	6	15/01/2015	15/01/2050	10,8	14,6	14,6
Lagoa do Barro I	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	309	03/07/2015	02/07/2050	14,2	15,5	15,5
Lagoa do Barro II	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	310	03/07/2015	02/07/2050	11,3	15,0	15,0
Lagoa do Barro III	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	311	03/07/2015	02/07/2050	13,5	15,3	15,3
Lagoa do Barro IV	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	312	03/07/2015	02/07/2050	12,9	15,1	15,1
Lagoa do Barro V	24	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	313	03/07/2015	02/07/2050	10,3	13,2	13,2
Lagoa do Barro VI	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	314	03/07/2015	02/07/2050	11,9	14,8	14,8
Lagoa do Barro VII	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	315	03/07/2015	02/07/2050	13,8	14,3	14,3
Lagoa do Barro VIII	9	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	316	03/07/2015	02/07/2050	4,5	5,1	5,1
Lagoa do Barro IX	32,2	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	208	05/05/2020	05/05/2055	3,4	16,7	11,3
Lagoa do Barro X	50,6	A-6 2019	GW155-4.5 MW- HH110m	207	04/05/2020	05/05/2055	4,0	25,5	13,2
Tanque Novo I	27	A-6 2019	n/a	183	20/04/2020	20/04/2055	2,2	-	7,1
Tanque Novo II	18	A-6 2019	n/a	192	24/04/2020	24/04/2055	1,9	-	6,2
Tanque Novo III	13,5	A-6 2019	n/a	194	24/04/2020	24/04/2055	1,5	-	4,7
Tanque Novo IV	27	A-6 2019	n/a	193	24/04/2020	24/04/2055	3,4	-	11,1
Tanque Novo V	36	A-6 2019	n/a	195	24/04/2020	24/04/2055	3,9	-	12,9
Tanque Novo VI	36	A-6 2019	n/a	191	24/04/2020	24/04/2055	3,4	-	11,2
Tanque Novo VII	22,5	A-6 2019	n/a	196	24/04/2020	24/04/2055	2,7	-	9,0

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2023. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 16.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu um lucro líquido de R$ 51.188 (prejuízo de R$ 12.983 em 2021) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R$ 471.304 (os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 83.767 em 2021).

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo CGN Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12 -** Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 15 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando

representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 15 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

d. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro real")

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas ("lucro presumido")

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro real")

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As Companhias enquadradas na tributação do lucro real são: Atlantic Energias Renováveis S/A, Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A, Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A, Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A e suas controladas.

(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro ("lucro presumido")

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As Companhias enquadradas na tributação do lucro presumido são: Andorinha Energias Renováveis S/A, Campo Formoso I Energias Renováveis S/A, Campo Formoso II Energias Renováveis S/A, Eurus II Energias Renováveis S/A, Morrinhos Energias Renováveis S/A, Renascença V Energias Renováveis S/A, Sertão Energias Renováveis S/A, e Ventos Dos Guaras I Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A, Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A, e Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A, Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A, Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A, Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A, Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A, Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A, Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A, Lagoa do Barro

VII Energias Renováveis S/A, Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A, Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A e Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A

(v) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	**Taxa anual de depreciação**
Móveis e utensílios	6%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Máquinas e equipamentos	4%
Sistemas de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo

como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando e entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

  Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

- **Passivos financeiros**: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

  No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de

realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Valor recuperável de ativos ("*impairment*")

(i) Ativos não financeiros

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(iii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

l. Mudança nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e bancos	6	17	942	1.581
Aplicações financeiras (i)	394	1.646	369.792	295.922
	400	**1.663**	**370.734**	**297.503**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de

contratação em caixa.

(i) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB e Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, no Banco do Nordeste - BNB e no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes (consolidado)

	2022	2021
Contas a receber	84.259	73.744
	84.259	**73.744**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2022 e com vencimento em janeiro de 2023.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Controladora

	Controladora	
	2022	**2021**
Ativo circulante		
Eurus II Energias Renováveis S/A (a)	63	257
Eurus II Energias Renováveis S/A (c)	2.081	2.560
Renascença V Energias Renováveis S/A (a)	63	137
Renascença V Energias Renováveis S/A (c)	984	1.858
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (a)	2.248	3.730
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (c)	7.315	2.727
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A (a)	9.661	5.918
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A (a)	10.391	-
	32.807	**17.186**
Ativo não circulante		
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A (b)	-	653
	-	**653**

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

(b) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.

(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber.

As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração
Durante os anos de 2022 e 2021 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S/A, e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	2022	2021
Aplicações financeiras vinculadas	115.413	107.064
	115.413	**107.064**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao *covenants* conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BNB (nota explicativa 16). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Santander, Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES e BNB.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Investimentos (controladora)

11.1 Informações das empresas controladas

	2022				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Eurus II Energias Renováveis S/A	112.763	58.977	53.786	27.341	8.763
Renascença V Energias Renováveis S/A	123.263	59.584	63.679	23.384	4.142
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	1.877.604	1.086.193	791.412	219.294	8.621
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A	690.338	481.664	208.674	-	(393)
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	906.689	515.644	391.045	139.280	21.529
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	1.242.246	637.376	604.870	166.956	14.332
	4.952.903	**2.839.438**	**2.113.465**	**576.256**	**56.994**

	2021				
	Ativo	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita**	**Lucro (prejuízo)**
Controladas					
Eurus II Energias Renováveis S/A	114.711	59.929	54.782	30.434	10.777
Renascença V Energias Renováveis S/A	123.007	56.914	66.093	27.710	7.821
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	1.878.615	1.101.581	777.034	154.827	(40.641)
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A	43.008	581	42.428	-	(28)
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	896.854	522.224	374.629	132.249	3.626
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	1.242.977	652.439	590.538	164.188	14.275
	4.299.171	**2.393.667**	**1.905.504**	**509.407**	**(4.170)**

11.2 Participações em empresas controladas

Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

		2022				
	Participação	**Saldo inicial**	**Aporte de capital**	**Dividendos***	**Equivalência patrimonial**	**Saldo final**
Eurus II Energias Renováveis S/A	100%	54.782	-	(9.760)	8.763	53.786
Renascença V Energias Renováveis S/A	100%	66.093	-	(6.556)	4.142	63.679
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	100%	777.034	5.757	-	8.621	791.412
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A	100%	42.428	166.640	-	(393)	208.674
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	100%	374.629	-	(5.113)	21.529	391.045
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	100%	590.538	-	-	14.332	604.870
		1.905.504	**172.397**	**(21.430)**	**56.994**	**2.113.465**

		2021				
	Participação	**Saldo inicial**	**Aporte de capital**	**Dividendos***	**Equivalência patrimonial**	**Saldo final**
Eurus II Energias Renováveis S/A	100%	48.432	-	(4.426)	10.777	54.782
Renascença V Energias Renováveis S/A	100%	63.823	-	(5.551)	7.821	66.093
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A	100%	508.657	309.017	-	(40.641)	777.034
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A	100%	3.927	38.529	-	(28)	42.428
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	100%	371.864	-	(861)	3.626	374.629
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	100%	568.263	8.000	-	14.275	590.538
		1.564.966	**355.547**	**(10.838)**	**(4.170)**	**1.905.504**

(*) Os dividendos recebidos são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento em função dos retornos sobre estes investimentos.

12 Imobilizado (consolidado)

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

(i) Composição do saldo

		Movimentação em 2022			2021
	Taxas anuais de depreciação	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Móveis e utensílios		558	(182)	377	416
Equipamentos de informática		7.103	(4.265)	2.838	3.381
Edificações, obras civis e benfeitorias		222.366	(33.918)	188.448	192.410
Sistema de geração		3.807.470	(662.617)	3.144.853	2.801.509
Sistemas de transmissão e conexão		398.377	(77.822)	320.555	336.912
Peças de manutenção		3.809	-	3.809	3.809
Imobilizado em andamento		692.905	-	692.905	472.341
		5.132.588	**(778.805)**	**4.353.784**	**3.810.777**

(ii) Movimentação do custo

		Movimentação em 2022			
	Saldo em 2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2022**
Móveis e utensílios	558	-	-	-	558
Equipamentos de informática	6.663	440	-	-	7.103
Edificações, obras civis e benfeitorias	219.856	-	-	2.510	222.366
Sistema de geração	3.334.958	37.111	-	435.401	3.807.470
Sistemas de transmissão e conexão	394.451	1.202	-	2.724	398.377
Peças de manutenção	3.809	-	-	-	3.809
Imobilizado em andamento	472.341	661.199	-	(440.635)	692.905
	4.432.637	**699.951**	**-**	**-**	**5.132.588**

		Movimentação em 2021			
	Saldo em 2020	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2021**
Móveis e utensílios	498	60	-	-	558
Equipamentos de informática	5.802	862	-	-	6.663
Edificações, obras civis e benfeitorias	219.856	-	-	-	219.856
Sistema de geração	3.328.535	6.423	-	-	3.334.958
Sistemas de transmissão e conexão	394.451	-	-	-	394.451
Peças de manutenção	1.053	2.941	(184)	-	3.809
Imobilizado em andamento	77.498	397.248	(2.406)	-	472.341
	4.027.694	**407.534**	**(2.590)**	**-**	**4.432.637**

(iii) Movimentação da depreciação

		Movimentação em 2022			
	Saldo em 2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2022**
Móveis e utensílios	(142)	(39)	-	-	(182)
Equipamentos de informática	(3.282)	(983)	-	-	(4.265)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(27.447)	(6.471)	-	-	(33.918)
Sistema de geração	(533.449)	(129.168)	-	-	(662.617)
Sistemas de transmissão e conexão	(57.539)	(20.284)	-	-	(77.822)
	(621.860)	**(156.945)**	**-**	**-**	**(778.805)**

		Movimentação em 2021			
	Saldo em 2020	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2021**
Móveis e utensílios	(104)	(38)	-	-	(142)
Equipamentos de informática	(2.308)	(974)	-	-	(3.282)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(21.047)	(6.400)	-	-	(27.447)
Sistema de geração	(417.011)	(116.438)	-	-	(533.449)
Sistemas de transmissão e conexão	(37.374)	(20.165)	-	-	(57.539)
	(477.845)	**(144.015)**	**-**	**-**	**(621.860)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) consolidado

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2022, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa média de desconto utilizada foi de 9,11% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC).

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

13 Intangível (consolidado)

	2022	**2021**
Projetos eólicos	5.742	4.601
	5.742	**4.601**

		Movimentação em 2022			
	Saldo em 2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldo em 2022**
Projetos eólicos	4.601	1.142	-	-	5.742
	4.601	**1.142**	**-**	**-**	**5.742**

Projetos eólicos

Refere-se, substancialmente, ao custo de aquisição de projeto desenvolvido por terceiros para a implantação do parque eólico. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos de carga e classe de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, sondagens e geologia.

14 Arrendamentos (consolidado)

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	**Saldo em 2021**	**Adição**	**Amortização**	**Saldo em 2022**
Terras e terrenos	9%	7.030	-	(241)	6.789
Edificações		642	4.051	(871)	3.822
		7.672	**4.051**	**(1.112)**	**10.611**

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2021	**Adição**	**Liquidações**	**Juros incorridos**	**Saldo em 2022**
Terras e terrenos	7.568	-	(705)	225	7.088
Edificações	724	4.051	(991)	51	3.835
	8.292	**4.051**	**(1.696)**	**276**	**10.923**

15 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal à CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	**Geração x Montante Contratado**	**Resultados**
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**93.902**
Constituição	42.484
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**136.386**
Constituição	69.716
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**206.102**

	2022	**2021**
Provisão para ressarcimento curto prazo	158.766	82.882
Provisão para ressarcimento longo prazo	47.336	53.504
	206.102	**136.386**

Estes montantes e transações não afetam o caixa e consequentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Suportada pelos advogados que assessoram o Grupo, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R$ 15.187 em 2022 (R$ 23.203 em 2021).

16 Financiamentos e debêntures a pagar (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2022	2021
Eurus II Energias Renováveis S/A.	BNDES (a)	TJLP + 2,02%	16/12/2030	47.809	53.376
Renascença V Energias Renováveis S/A.	BNDES (b)	TJLP + 2,02%	16/12/2030	43.506	48.571
Andorinha Energias Renováveis S/A.	BNDES (c)	TJLP + 2,45%	15/02/2032	42.558	44.651
Andorinha Energias Renováveis S/A.	BNDES (d)	TJLP + 4,15%	15/02/2032	17.851	18.859
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	BNDES (e)	TJLP + 2,45%	15/04/2032	42.205	44.767
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	BNDES (f)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	18.613	19.632
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	BNDES (g)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	41.989	44.574
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	BNDES (h)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	18.519	19.549
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	BNDES (i)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	40.967	43.489
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	BNDES (j)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	17.999	19.001
Sertão Energias Renováveis S/A.	BNDES (k)	TJLP + 2,45%	15/04/2032	35.814	37.987
Sertão Energias Renováveis S/A.	BNDES (l)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	15.794	16.660
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	BNDES (m)	TJLP + 2,45%	15/10/2032	48.969	51.699
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	BNDES (n)	TJLP + 4,15%	15/10/2032	21.364	22.432
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A.	Debêntures (o)	IPCA + 7,0602%	15/12/2027	97.749	104.060
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A.	BNB (p)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	80.851	84.427
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A.	BNB (q)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	26.639	28.661
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (r)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	81.682	85.122
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (s)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	28.062	29.689
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (t)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	82.470	86.144
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (u)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	27.909	29.814
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (v)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	84.407	87.861
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (w)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	28.379	30.312
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (x)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	73.713	76.877
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (y)	IPCA + 2,60%	15/07/2037	24.943	26.663
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (z)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	82.638	86.191
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (aa)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	29.275	30.646
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (bb)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	83.207	86.591
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (cc)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	29.033	30.669
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A.	BNB (dd)	10,14% *(taxa fixa)*	28/04/2037	27.556	28.735

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2022	2021
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A.	BNB (ee)	IPCA + 2,40%	15/05/2037	9.572	10.133
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A	Debêntures (ff)	IPCA + 5,9548%	15/09/2031	68.783	70.228
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	BNDES (gg)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	34.117	35.739
Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A	BRDE (hh)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	17.798	18.566
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	BNDES (ii)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	44.785	46.913
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	BRDE (jj)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	24.372	25.423
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	BNDES (kk)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	16.774	16.466
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	BRDE (ll)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.053	8.410
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	BNDES (mm)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	27.117	28.405
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	BRDE (nn)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	14.130	14.739
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	BNDES (oo)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	26.804	28.112
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	BRDE (pp)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	14.152	14.779
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	BNDES (qq)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	32.205	33.776
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	BRDE (rr)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	16.884	17.633
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	BNDES (ss)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	27.016	28.299
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	BRDE (tt)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	14.111	14.720
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	BNDES (uu)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	26.797	28.104
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	BRDE (vv)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	14.052	14.675
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	BNDES (ww)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	16.029	16.791
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	BRDE (xx)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	8.375	8.736
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	BNDES (yy)	TJLP + 2,02%	15/10/2033	15.428	16.180
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	BRDE (zz)	TJLP + 3,40%	15/10/2033	8.135	8.496
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	BNDES (aaa)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	44.238	46.497
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	BRDE (bbb)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	23.239	24.322
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	BNDES (ccc)	TJLP + 2,12%	15/06/2033	51.119	53.730
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	BRDE (ddd)	TJLP + 3,50%	15/06/2033	26.887	28.140
Tanque Novo I Energias Renováveis S/A	Haitong (eee)	CDI + 2,95%	21/10/2024	9.652	-
Tanque Novo I Energias Renováveis S/A	Santander (fff)	CDI + 3,30%	19/12/2023	19.666	-
Tanque Novo I Energias Renováveis S/A	ICBC (ggg)	3m Sofr + 150bps	09/11/2023	32.886	-
Tanque Novo II Energias Renováveis S/A	Haitong (hhh)	CDI + 2,95%	21/10/2024	6.368	-
Tanque Novo II Energias Renováveis S/A	Santander (iii)	CDI + 3,30%	19/12/2023	9.282	-
Tanque Novo II Energias Renováveis S/A	ICBC (jjj)	3m Sofr + 150bps	09/11/2023	20.525	-
Tanque Novo III Energias Renováveis S/A	Haitong (kkk)	CDI + 2,95%	21/10/2024	4.181	-
Tanque Novo III Energias Renováveis S/A	Santander (lll)	CDI + 3,30%	19/12/2023	6.051	-
Tanque Novo III Energias Renováveis S/A	ICBC (mmm)	3m Sofr + 150bps	09/11/2023	14.416	-
Tanque Novo IV Energias Renováveis S/A	Haitong (nnn)	CDI + 2,95%	21/10/2024	7.554	-
Tanque Novo IV Energias Renováveis S/A	Santander (ooo)	CDI + 3,30%	19/12/2023	16.341	-
Tanque Novo IV Energias Renováveis S/A	ICBC (ppp)	3m Sofr + 150bps	09/11/2023	28.633	-
Tanque Novo V Energias Renováveis S/A	Haitong (qqq)	CDI + 2,95%	21/10/2024	24.823	-
Tanque Novo V Energias Renováveis S/A	Santander (rrr)	CDI + 3,30%	19/12/2023	46.177	-
Tanque Novo V Energias Renováveis S/A	ICBC (sss)	3m Sofr + 150bps	09/11/2023	42.871	-
Tanque Novo VI Energias Renováveis S/A	Haitong (ttt)	CDI + 2,95%	21/10/2024	11.704	-
Tanque Novo VI Energias Renováveis S/A	Santander (uuu)	CDI + 3,30%	19/12/2023	17.956	-
Tanque Novo VI Energias Renováveis S/A	ICBC (vvv)	3m Sofr + 150bps	09/11/2023	38.409	-
Tanque Novo VII Energias Renováveis S/A	Haitong (www)	CDI + 2,95%	21/10/2024	7.602	-
Tanque Novo VII Energias Renováveis S/A	Santander (xxx)	CDI + 3,30%	19/12/2023	14.623	-
Tanque Novo VII Energias Renováveis S/A	ICBC (yyy)	3m Sofr + 150bps	09/11/2023	23.972	-
Atlantic Energias Renováveis S/A	Banco do Brasil (zzz)	CDI + 3,75%	05/04/2023	13.353	-
Atlantic Energias Renováveis S/A	Banco do Brasil (aaaa)	CDI + 3,90%	23/01/2023	10.146	-
	Custos com captação			(51.910)	(57.524)
				2.348.724	**2.018.198**
Passivo circulante				527.599	169.890
Passivo não circulante				1.821.125	1.848.308

(a) A Controlada Eurus II Energias Renováveis S/A: Em 18 de dezembro de 2014 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor total de R$ 94.540, com vencimento final para dezembro de 2030.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(b) A Controlada Renascença V Energias Renováveis S/A: Em 18 de dezembro de 2014 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor total de R$ 88.861, com vencimento final para dezembro de 2030.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(c) A Controlada Andorinha Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 62.142, com vencimento final para fevereiro de 2032.

(d) A Controlada Andorinha Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.579, com vencimento final para fevereiro de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(e) A Controlada Campo Formoso I Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 58.514, com vencimento final para abril de 2032.

(f) A Controlada Campo Formoso I Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.077, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(g) A Controlada Campo Formoso II Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 58.414, com vencimento final para março de 2032.

(h) A Controlada Campo Formoso II Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 25.035, com vencimento final para março de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(i) A Controlada Morrinhos Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.378, com vencimento final para março de 2032.

(j) A Controlada Morrinhos Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 24.162, com vencimento final para março de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(k) A Controlada Sertão Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 49.630, com vencimento final para abril de 2032.

(l) A Controlada Sertão Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 21.270, com vencimento final para abril de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(m) A Controlada Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A: Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 61.608, com vencimento final para outubro de 2032.

(n) A Controlada Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A: Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R$ 26.403, com vencimento final para outubro de 2032.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(o) A Controlada Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A: em 10 de abril de 2017 foi assinado Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples contendo 102.500 debentures ao valor de R$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para dezembro de 2027.

Garantias: garantias reais e fidejussória adicional.

(p) A Controlada Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.138, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(q) A Controlada Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 31.581, com vencimento final para maio de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(r) A Controlada Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.556, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(s) A Controlada Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 31.785, com vencimento final para junho de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(t) A Controlada Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.023, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(u) A Controlada Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 23 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.174, com vencimento final para junho de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(v) A Controlada Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 102.664, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(w) A Controlada Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.738, com vencimento final para maio de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(x) A Controlada Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 89.893, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(y) A Controlada Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 20 de agosto de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 28.704, com vencimento final para julho de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(z) A Controlada Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 100.502, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(aa) A Controlada Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.232, com vencimento final para junho de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(bb) A Controlada Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 101.743, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(cc) A Controlada Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 32.204, com vencimento final para maio de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(dd) A Controlada Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 34.289, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(ee) A Controlada Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 12 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 10.760, com vencimento final para maio de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(ff) A Controlada Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A: em 26 de julho de 2018 foi assinado o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples contendo 105.000 debentures ao valor de R$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para setembro de 2031.

Garantias: garantias reais e fidejussória adicional.

(gg) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 41.345, com vencimento final para dezembro de 2033.

(hh) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 21.321, com vencimento final para dezembro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(ii) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.440, com vencimento final para dezembro de 2033.

(jj) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 29.105, com vencimento final para dezembro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(kk) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 22.084, com vencimento final para outubro de 2033.

(ll) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.645, com vencimento final para outubro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(mm) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.550, com vencimento final para dezembro de 2033.

(nn) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.786, com vencimento final para dezembro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(oo) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.813, com vencimento final para outubro de 2033.

(pp) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(qq) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2033.

(rr) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 20.306, com vencimento final para outubro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(ss) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.288, com vencimento final para dezembro de 2033.

(tt) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.651, com vencimento final para dezembro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(uu) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.748, com vencimento final para outubro de 2033.

(vv) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.888, com vencimento final para outubro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(ww) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2033.

(xx) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(yy) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2033.

(zz) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(aaa) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.439, com vencimento final para junho de 2033.

(bbb) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(ccc) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 65.298, com vencimento final para junho de 2033.

(ddd) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 33.675, com vencimento final para junho de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(eee) A Controlada Tanque Novo I Energias Renováveis S/A: Em 18 de outubro de 2022, 26 de outubro de 2022 e 08 de novembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (credor) no valor de R$ 2.300, R$ 3.400 e R$ 3.700 respectivamente, com vencimento final para outubro de 2024.

(fff) A Controlada Tanque Novo I Energias Renováveis S/A: Em 08 de dezembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Banco Santander (Brasil) S.A. (credor) no valor de R$ 13.000 e R$ 6.500 respectivamente, com vencimento final para dezembro de 2023.

(ggg) A Controlada Tanque Novo I Energias Renováveis S/A: Em 25 de julho de 2022 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Companhia (emitente) e o ICBC (credor) no valor de USD 6.260, com vencimento final para novembro de 2023.

(hhh) A Controlada Tanque Novo II Energias Renováveis S/A: Em 17 de outubro de 2022, 26 de outubro de 2022 e 08 de novembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (credor) no valor de R$ 1.800, R$ 2.100 e R$ 2.300 respectivamente, com vencimento final para outubro de 2024.

(iii) A Controlada Tanque Novo II Energias Renováveis S/A: Em 09 de dezembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Banco Santander (Brasil) S.A. (credor) no valor de R$ 7.000 e R$ 2.200 respectivamente, com vencimento final para dezembro de 2023.

(jjj) A Controlada Tanque Novo II Energias Renováveis S/A: Em 25 de julho de 2022 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Companhia (emitente) e o ICBC (credor) no valor de USD 4.180, com vencimento final para novembro de 2023.

(kkk) A Controlada Tanque Novo III Energias Renováveis S/A: Em 18 de outubro de 2022, 26 de outubro de 2022 e 08 de novembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (credor) no valor de R$ 1.300, R$ 1.270 e R$ 1.500 respectivamente, com vencimento final para outubro de 2024.

(lll) A Controlada Tanque Novo III Energias Renováveis S/A: Em 09 de dezembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Banco Santander (Brasil) S.A. (credor) no valor de R$ 4.000 e R$ 2.000 respectivamente, com vencimento final para dezembro de 2023.

(mmm) A Controlada Tanque Novo III Energias Renováveis S/A: Em 25 de julho de 2022 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Companhia (emitente) e o ICBC (credor) no valor de USD 3.140, com vencimento final para novembro de 2023.

(nnn) A Controlada Tanque Novo IV Energias Renováveis S/A: Em 17 de outubro de 2022, 26 de outubro de 2022 e 08 de novembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (credor) no valor de R$ 2.700, R$ 2.350 e R$ 2.300 respectivamente, com vencimento final para outubro de 2024.

(ooo) A Controlada Tanque Novo IV Energias Renováveis S/A: Em 09 de dezembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Banco Santander (Brasil) S.A. (credor) no valor de R$ 11.500 e R$ 4.700 respectivamente, com vencimento final para dezembro de 2023.

(ppp) A Controlada Tanque Novo IV Energias Renováveis S/A: Em 25 de julho de 2022 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Companhia (emitente) e o ICBC (credor) no valor de USD 6.270, com vencimento final para novembro de 2023.

(qqq) A Controlada Tanque Novo V Energias Renováveis S/A: Em 17 de outubro de 2022, 26 de outubro de 2022 e 08 de novembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (credor) no valor de R$ 6.800, R$ 6.580 e R$ 10.800 respectivamente, com vencimento final para outubro de 2024.

(rrr) A Controlada Tanque Novo V Energias Renováveis S/A: Em 09 de dezembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Banco Santander (Brasil) S.A. (credor) no valor de R$ 27.000 e R$ 18.800 respectivamente, com vencimento final para dezembro de 2023.

(sss) A Controlada Tanque Novo V Energias Renováveis S/A: Em 25 de julho de 2022 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Companhia (emitente) e o ICBC (credor) no valor de USD 8.530, com vencimento final para novembro de 2023.

(ttt) A Controlada Tanque Novo VI Energias Renováveis S/A: Em 17 de outubro de 2022, 26 de outubro de 2022 e 08 de novembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (credor) no valor de R$ 3.200, R$ 3.200 e R$ 5.000 respectivamente, com vencimento final para outubro de 2024.

(uuu) A Controlada Tanque Novo VI Energias Renováveis S/A: Em 09 de dezembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Banco Santander (Brasil) S.A. (credor) no valor de R$ 13.000 e R$ 4.800 respectivamente, com vencimento final para dezembro de 2023.

(vvv) A Controlada Tanque Novo VI Energias Renováveis S/A: Em 25 de julho de 2022 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Companhia (emitente) e o ICBC (credor) no valor de USD 8.390, com vencimento final para novembro de 2023.

(www) A Controlada Tanque Novo VII Energias Renováveis S/A: Em 17 de outubro de 2022, 26 de outubro de 2022 e 08 de novembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (credor) no valor de R$ 1.900, R$ 3.100 e R$ 2.400 respectivamente, com vencimento final para outubro de 2024.

(xxx) A Controlada Tanque Novo VII Energias Renováveis S/A: Em 09 de dezembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022 foram assinadas as Cédulas de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Banco Santander (Brasil) S.A. (credor) no valor de R$ 9.500 e R$ 5.000 respectivamente, com vencimento final para dezembro de 2023.

(yyy) A Controlada Tanque Novo VII Energias Renováveis S/A: Em 25 de julho de 2022 foi assinado o Contrato Global para Financiamento de Importações entre a Companhia (emitente) e o ICBC (credor) no valor de USD 5.230, com vencimento final para novembro de 2023.

(zzz) A Controlada Atlantic Energias Renováveis S/A: Em 30 de setembro de 2022 foi assinada a Cédula de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Banco do Brasil S/A (credor) no valor total de R$ 13.000, com vencimento final para abril de 2023.

(aaaa) A Controlada Atlantic Energias Renováveis S/A: Em 22 de novembro de 2022 foi assinada a Cédula de Crédito Bancário entre a Companhia (emitente) e o Banco do Brasil S/A (credor) no valor total de R$ 10.000, com vencimento final para janeiro de 2023.

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos e das debêntures conforme o fluxo de caixa como segue:

	Controladora	**Consolidado**
2023	23.499	527.599
2024 a 2026	-	486.296
2027 a 2029	-	484.695
2030 a 2032	-	505.236
2033 a 2035	-	244.288
2036 a 2038	-	100.609
Total	**23.499**	**2.348.724**

16.1 Movimentação (consolidado)

	2022	2021
Saldo inicial	2.018.198	2.213.403
Captação	505.038	-
Pagamento de juros	(174.900)	(176.177)
Pagamento de principal	(197.984)	(217.546)
Despesas com juros	187.356	193.315
Juros capitalizados e variações monetárias	5.405	-
Custos de captação amortizados	5.614	5.203
Saldo final	2.348.724	2.018.198

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

16.2 *Covenants* (consolidado)

O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros detalhados a seguir. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

16.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Eurus II Energias Renováveis S.A. e Renascença V Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as controladas Eurus II Energias Renováveis S.A. e Renascença V Energias Renováveis S.A. apuraram um índice anual igual ou superior a 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atenderam todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.2.2 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e Debêntures (Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A apurou um índice anual igual ou superior a 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES bem como no Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas dos referidos contratos.

16.2.3 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.)

O Complexo Lagoa do Barro S.A. possui covenants financeiros em contrato junto ao BNB, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,30, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.2.4 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

A Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na

conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.2.5 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - Debêntures (Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

Em 31 de dezembro de 2022 a Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. apurou um índice anual superior a 1,30.

16.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e BNB - Banco do Nordeste, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$ 2.382.168 dividido em 889.786.303 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídos conforme abaixo:

Acionista	2022	2021
CGN Brasil Energia e Participações S/A	2.382.168	2.382.168

Em 01 de outubro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 332.447, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Aumento de capital social	2022	2021
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	137.179
Integralização de capital	-	195.268
Aporte de capital	147.807	15.895

Controladora e controlador final

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A ("Grupo CGN Brasil") e detém 100% das quotas do capital social.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

18 Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	2022	2021
Receita bruta venda de energia	688.275	576.426
(-) Pesquisa e desenvolvimento P&D	-	(16)
Ressarcimento de energia [1]	(69.716)	(42.484)
(-) PIS / COFINS / ICMS	(26.120)	(21.641)
	592.439	**512.285**

[1] Vide nota explicativa 15(i).

19 Gastos por natureza (consolidado)

	2022	2021
Custo de geração de energia	(305.357)	(272.251)
Despesas gerais e administrativas	(23.711)	(18.047)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	689	(2.487)
	(328.378)	**(292.785)**
Encargos de transmissão e conexão	(40.256)	(33.891)
Compra de energia	(23.602)	(23.349)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(4.957)	(10.032)
Despesa com pessoal	(15.227)	(11.853)
Serviços de terceiros	(14.506)	(8.938)
Depreciação e amortização	(157.892)	(145.600)
Arrendamento	(8.652)	(7.516)
Manutenção	(41.850)	(31.576)
Aluguel	(2.996)	(1.415)
Materiais	(6.591)	(5.754)
Outras despesas administrativas	(9.480)	(7.146)
Viagens e estadias	(1.182)	(1.140)
Penalidade por insuficiência de lastro	(121)	(706)
Outros	(1.068)	(3.869)
	(328.378)	**(292.785)**

20 Resultado financeiro (consolidado)

	2022	2021
Despesa bancária	(2.930)	(2.507)
IOF	1.406	(2.740)
Juros de financiamentos	(187.356)	(193.315)
Amortização do custo de captação	(5.614)	(5.203)
Juros e multa de mora	(601)	2.320
Custo da estruturação da dívida	(20.592)	(23.059)
Outras despesas financeiras	(9.307)	(785)
Despesa financeira	**(224.994)**	**(225.289)**
Juros recebidos	88	316
Receita de aplicação financeira	48.047	16.205
Outras receitas financeiras	1.489	19
Receita financeira	**49.624**	**16.540**
Resultado financeiro líquido	**(175.369)**	**(208.749)**

21 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro real

	2022	2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	88.691	10.751
Exclusão do resultado das empresas pelo lucro presumido	(121.183)	(46.186)
Resultado ajustado	(32.492)	(35.435)
IR/CS pela alíquota nominal	11.047	12.048
Não reconhecimento de IR/CS sobre prejuízo fiscal	(11.250)	(13.053)
Outros	17	123
Imposto de renda e contribuição social correntes	**186**	**882**
Taxa efetiva	*0,57%*	*2,49%*

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2022	2021
Receita com venda de energia (*)	648.875	581.073
Outras receitas	49.675	17.651
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	102.686	64.137
Base de cálculo CSLL 12% (*)	128.458	87.380
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	27.021	17.485
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	9.549	5.742
Imposto de renda e contribuição social correntes	**36.570**	**23.227**
Taxa efetiva	*15,82%*	*15,33%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**747**	**(376)**

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

22 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos, debêntures e fornecedores.

	Consolidado			
	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado (*)	Nível 2	Custo amortizado (*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	942	-	1.581	-
Aplicações financeiras	369.792	369.792	295.921	295.921
Contas a receber de clientes	84.259	-	73.744	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	115.413	115.413	107.064	107.064
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	253.134	-	205.647	-
Financiamentos (nota 16)	514.254	-	153.955	-
Debêntures (nota 16)	13.345	-	15.935	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 16)	1.688.453	-	1.713.255	-
Debêntures (nota 16)	132.673	-	135.053	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

- **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado -** Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação -** Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o

preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

23 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2022	**2021**
Aplicações financeiras	369.792	295.921
Aplicações financeiras vinculadas	115.413	107.064
Contas a receber de clientes	84.259	73.744

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2022	**2021**
Fornecedores	253.134	305.194
Financiamentos	2.202.707	1.867.210
Debêntures a pagar	146.017	150.988

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2022	**2021**
Ativo		
Aplicações financeiras	369.792	295.921
Aplicações financeiras vinculadas	115.413	107.064
	485.205	**402.985**
Passivo		
Financiamentos	2.202.707	1.867.210
Debêntures a pagar	146.017	150.988

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos da variação do CDI, da TJLP, do IPCA e da SOFR, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	485.205	Redução do CDI (*)	49.673	33.115
Financiamentos	989.713	Aumento da TJLP (**)	91.177	109.413
Financiamentos	203.811	Aumento do IPCA (**)	14.318	17.181
Financiamentos	225.478	Aumento do CDI (*)	23.083	15.389
Financiamentos	201.711	Aumento da SOFR (**)	9.272	11.126
Debêntures	146.017	Aumento do IPCA (**)	10.258	12.309

(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.
(**) Os índices de TJLP, IPCA e *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) considerados foram de 7,37% a.a., 5,62% a.a. e 3,68% a.a., respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021

Operação	**Valor exposto**	**Risco**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	402.985	Redução do CDI (*)	27.655	18.437
Financiamentos	1.044.220	Aumento da TJLP (**)	79.361	95.234
Financiamentos	216.587	Aumento do IPCA (**)	15.296	18.356
Debêntures	150.988	Aumento do IPCA (**)	10.664	12.796

(*) Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.
(**) Os índices de TJLP e IPCA considerados foram de 6,08% a.a. e 5,65% a.a., respectivamente.

* * *

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador CRC PR – 077115/O-1